



Anais da Assembléia

Nº 78

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Alencar Gomes - Antonio Annibelli - Belo Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borseto; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florivaldo Fier - Irineu Colombo - Pérciles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1997.
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Renato Adur e Basílio Zanusso.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vannoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para a Discussão e Votação dos Projetos de Lei nºs 332/96, 472/96, 005/97, 007/97, 420/96, 177/97 e do Projeto de Resolução nº 011/96, todos constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 22.05.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 225/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual, através da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania e Prefeituras Municipais, a manterem convênio com o Poder Judiciário e setores competentes, que regem o funcionamento dos Cartórios de Registro Civil no Estado do Paraná, com finalidade específica de promover o fornecimento gratuito, da 1ª e 2ª vias de Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito, à pessoas, reconhecidamente pobres, na acepção jurídica do termo, cujas custas decorrentes serão arcadas pelo Estado e respectivas Prefeituras Municipais, na forma entre estes ajustada.

§1º - Serão fornecidas, somente uma vez 2ª vias de Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito, nos termos do caput deste Art., também quando se tratar de assentos registrados em Cartório fora do domicílio da pessoa ou responsável legalmente, inclusive em outras unidades da Federação, cuja solicitação observadas as formalidades legais,

será feita via Cartório local, com ônus para o convênio.

§ 2º - Caberá as Prefeituras Municipais, a triagem e encaminhamento das pessoas solicitantes de tais documentos aos Cartórios respectivos, para a lavratura dos assentos e expedição das Certidões ou de 2ª via das mesmas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.97.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A Cidadania das pessoas, se inicia ou se comprova, com o assento do Registro de Nascimento em Cartório competente e conseqüente expedição da Certidão de Nascimento. Sem esse documento inicial, conforme prescreve a legislação civil brasileira, não é reconhecido como cidadão, ficando fora de dados estatísticos coletados pelo IBGE.

A Certidão de Nascimento, fornece dados sobre a pessoa para obtenção de todos os demais documentos necessários e exigidos pela lei.

Todavia, é sabido que milhares de pessoas carentes, em nosso Estado e em outras unidades da Federação, não possuem a sua Certidão de Nascimento e por conseqüente os demais documentos que necessitam para serem reconhecidos como cidadãos e usufruírem de seus direitos.

O motivo principal dessa humilhação porque passam essas pessoas, é o estado de abandono e miserabilidade sob todos os aspectos em que vivem, tolhidas de seus direitos pela burocracia exacerbada, sem perspectivas de dias melhores.

A Cidadania é um direito a ser resgatado e o poder público não pode ficar alheio tampouco dificultar a vida já conturbada dos menos favorecidos pela sorte.

Muitas pessoas se debatem a procura de um emprego, porém se não portarem os documentos necessários e exigidos pela famigerada burocracia ainda imperante em nosso país, não conseguem admissão e as frustrações e sofrimento se agravam.

Com relação à Certidão de Casamento, documento que legitima a união conjugal, é do conhecimento público que muitos casais convivem maritalmente, advindo dessa união filhos e necessário se faz que essa situação seja regularizada juridicamente, para garantia de seus direitos e de sua prole.

Ocorre, que infelizmente muitos concubinos por serem carentes, não dispõem de recursos financeiros para a realização do casamento civil.

Relativamente à Certidão de Óbito, observa-se que em muitos casos, além da perda do ente querido, familiares enfrentam dificuldades para obtenção da mesma, face a burocracia, o que também deverá ser facilitado até por uma questão de respeito ao extinto.

Pelo exposto, entendemos que este projeto tem por objetivo resolver um problema que há muito humilha e desrespeita as pessoas que vivem à margem da sociedade, resgatando sua cidadania e dando a elas garantias de direitos que a Constituição Federal prevê e com isso construiremos uma sociedade, mais humana e um Estado mais promissor.

PROJETO DE LEI Nº 226/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Linha Paraná, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.97.

(a) JOÃO TECHY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores de Linha Paraná foi criada em função das necessidades da comunidade rural em se organizar, prioritariamente para promover o desenvolvimento da Agricultura e outros setores de atividades econômicas; proporcionar a melhoria de convênios entre os habitantes

do lugar através de integração de seus moradores.

Pelos benefícios que esta Associação oferece à comunidade contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta nossa Proposição.

PROJETO DE LEI Nº 227/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores e Moradores de Tijuco Preto, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.97.

(a) JOÃO TECHY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Agricultores e Moradores de Tijuco Preto foi criada em função das necessidades da comunidade rural em se organizar, prioritariamente para promover o desenvolvimento da Agricultura e outros setores de atividades econômicas; proporcionar a melhoria de convênios entre os habitantes do lugar através de integração de seus moradores.

Pelos benefícios que esta Associação oferece à comunidade contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta nossa Proposição.

PROJETO DE LEI Nº 228/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instalar no Município de Pontal do Paraná, uma usina termelétrica, cujo estudo de viabilização foi autorizado pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 18, de 29 de janeiro de 1997.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo fazer valer estudos já realizados pelo Consórcio composto pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, Chilgener S/A, INEPAR e Denerge S/A, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 18, de 29 de janeiro de 1997, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 de janeiro de 1997, para a instalação de uma termelétrica no Município de Pontal do Paraná.

O estudo realizado apresenta grande viabilidade na instalação da usina no Município de Pontal do Paraná, tendo em vista a sua localização prevista em um setor industrial/portuário, atualmente desativado e que outrora foi utilizado como canteiro de obras das empresas FEM e TENENGE. Trata-se de uma área com solo compactado, assegurando uma implantação sem degradação do meio ambiente, visto que o local já ter sofrido impactos ambientais primários.

A instalação de uma usina termelétrica se faz necessária para expansão do setor industrial da economia paranaense e brasileira, tendo em vista que a indústria consome 45% de energia gerada e essa urgência poderá ser suprida prontamente, pois as usinas termelétricas podem entrar em operação em um prazo de 5 a 18 meses, contra as hidrelétricas que exigem de 36 a 60 meses. Além disso, o carvão mineral é um combustível largamente empregado na geração de energia em razão da grande oferta disponível e pela existência de diversas alternativas tecnológicas para o aproveitamento a custos reduzidos e ambientalmente seguros, o que justifica que a termelétrica participe com quase dois terços da matriz de geração de eletricidade no mundo.

A Dinamarca, país com as mais elevadas exigências ambientalistas é conhecido, mundialmente, pela excelente qualidade de vida desfrutada por seu povo, tem na termelétrica a principal forma de produção de energia elétrica,

chegando a 97% do total, os Estados Unidos da América acompanham esta tendência e estão na faixa de 72% e a Alemanha em 67%, o que demonstra a segurança de centrais termelétricas.

Para se certificar desse comportamento mundial, uma Comissão composta pelo Prefeito do Município, Presidente da Câmara Municipal, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Procurador Geral do Município e um Vereador selecionado pela Câmara Municipal de Pontal do Paraná, todos preocupados com possíveis impactos ambientais que poderiam acontecer, viajou ao Chile para conhecer as instalações da Usina Termelétrica, localizada em Ventanas.

Na Usina de Ventanas estão sendo cumpridas todas as normas de proteção ao meio ambiente, e a empresa Chilgener participa de vários programas comunitários, urbanísticos e educacionais e tendo uma resposta altamente positiva da população local. Foi constatado que o Sistema de Filtros em uso, diminuem em quase zero, a missão de poluentes e que os controles efetuados pela empresa, apesar da unidade vistoriada ter mais de 20 anos e a instrumentação não ser atualmente utilizada, são de alto grau de seguridade.

Em outra análise, a Comissão certifica que o projeto será de grande valia para o município e toda região litorânea, tendo em vista a geração imediata de cerca de 2.000 novos empregos diretos a serem utilizados na construção da Usina e os inúmeros empregos indiretos gerados por empresas correlatas e prestadora de serviços. Outro fator importante será a geração de impostos ao Município, quer diretamente pela usina e pelas empresas integradas no projeto de sua instalação, como também pelo porto utilizado para o desembarque de carvão, que como acontece no Chile, poderá ser usado para desembarque de outras mercadorias.

A Câmara Municipal de Pontal do Paraná, com base na viagem realizada ao Chile, aprovou uma Moção de Apoio para a instalação da usina termelétrica.

Já tendo sido demonstrada a segurança na instalação de usinas termelétricas em todo o mundo, informamos, também, que qualquer empreendimento termelétrico só é autorizado após elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), juntamente com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), devidamente aprovado pelos órgãos ambientais.

O Município de Pontal do Paraná foi criado pela Lei nº 11.250, de 20 de dezembro de 1.995, tendo sido desmembrado do Município de Paranaguá. Economicamente, o município está classificado em 2º lugar entre os 28 municípios recém instalados no Estado do Paraná. Dois graves problemas incomodam esta aparente tranquilidade dos municípios e dirigentes de Pontal do Paraná, a primeira é que, apesar de possuir áreas de preservação ambiental, o município não recebe os benefícios da parcela do fator ambiental (ICMS-ecológico) e o conhecimento que as indústrias FEM, Tenege e Multitrade, que eram as empresas que mais arrecadavam para os cofres municipais, não mais atuarão dentro do território de Pontal.

Tal fato ocasionará uma grande queda na arrecadação municipal, podendo inviabilizar a saúde econômica do Município de Pontal do Paraná.

Isto exposto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares que proporcionará ao Município de Pontal do Paraná, com a instalação da usina Termelétrica, uma melhor condição de alcançar o progresso e o bem estar de toda a sua comunidade, que é o objetivo maior de todos os envolvidos neste plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Techy Filho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1110, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nºs, 332/96, 472/96, 005/97, 007/97, 420/96, 177/97 e do Projeto de Resolução nº 011/96, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, solocitando preferência de votação, acima aprovado:

ITEM 03

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/96, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional Luiz Luise, com sede e foro no Município de Cafelândia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. artigo por artigo.**

ITEM 04

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 472/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Casa Assistencial Mãe da Divina Providência, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Vida, com sede e foro na cidade de Palmeira. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/97, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Loja Maçônica Estrela de Morretes, com sede e foro no Município de Morretes. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/96, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dá nova redação ao Art. 1º da Lei nº 11.260/95, que cria o Município de Bom Jesus do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado.**

Projeto de Lei nº 420/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 11.260, de 21 de dezembro de 1995, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Bom Jesus do Sul, com sede na localidade de Bom Jesus, desmembrado do Município de Barracão, com as seguintes divisas e confrontações:

COM O MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO

Inicia no rio Capanema na foz do rio Pinhalito, sobe por este até foz do rio das Águas, sobe por este até a foz do rio Arrozal.

COM O MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL

Inicia na foz do rio Arrozal no rio das Águas, sobe por este até encontrar a divisa entre os lotes 25-E e 25-D da gleba do imóvel Flores e Conceição.

COM O MUNICÍPIO DE BARRACÃO

Inicia no encontro do rio das Águas com a divisa entre os lotes 25-E e 25-D da gleba 28 FC. Deste ponto segue pela divisa entre os lotes 25-E e 25-G com os lotes 25-D e 25 da gleba 28 FC até encontrar a divisa do lote 25-G da gleba 28 FC e lote 26 da gleba 27 FC com os lotes 36, 37, 35, 34, 33 e 30 da gleba 24 FC, segue por esta divisa até encontrar a divisa dos lotes 48, 35, 47, 45, 43, 44, 88 e 08 da gleba 25-FC com

os lotes 37, 36, 32, 28 e 18 da gleba 24 FC, segue por esta divisa até encontrar a divisa dos lotes 18, 5, 3 e 4 com os lotes 19, 22 e 01 da gleba 24 FC, segue por esta divisa até encontrar o rio Pinhalito, segue por este até a foz do Córrego São Pedro, sobe por este até encontrar a divisa dos lotes 32 e 33 de gleba 09 FC, segue por esta divisa até encontrar a divisa dos lotes 10, 09, 08, 07, 05 e 06 da gleba 09 FC com os lotes 04, 01, 07 e 08 da gleba 08 FC, segue por esta divisa até encontrar o córrego São José, desce por este até sua foz no rio Capanema, desce por este até encontrar a divisa entre o imóvel Flores e Conceição e a gleba Divisor, segue por esta divisa na direção geral norte até encontrar o Lajeado Grande.

COM O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SU-DOESTE

Inicia no encontro da divisa entre o imóvel Flores e Conceição e a gleba Divisor com o Lajeado Grande, desce por este até sua foz no rio Capanema, desce por este até a foz do rio Pinhalito".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.96.

(a) CAÍTO QUINTANA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 420/96

P A R E C E R .

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana visa dar nova redação ao artigo 1º da Lei nº 11.260/95 que criou o Município de Bom Jesus do Sul.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontrou-se que pudesse impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator.

ITEM 11

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/97, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. João José Bigarella. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 177/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. João José Bigarella.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.97.

(a) CEZAR SILVESTRI.

Apoio: Albanor Gomes, Ricardo Chab, Joel Coimbra, Toti Colaço e Edno Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

João José Bigarella, nasceu em Curitiba, no dia 23 de setembro de 1923, onde fez os estudos primário e secundário, Bacharel em Ciências Químicas (1943), Químico Industrial (1945) e Engenheiro Químico (1953) pela Universidade Federal do Paraná. Doutor em Ciências Físicas e Químicas e Catedrático de Mineralogia e Geologia Econômica pela UFPR. Sua produção acadêmica compreende cerca de 200 artigos em periódicos científicos do Brasil, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Holanda, Inglaterra, Rússia e África do Sul, além de vários livros na área das geociências.

Realizou extensos trabalhos de pesquisa geológicas na África do Sul, Namíbia, Angola, Argélia (Saara), Argentina, Uruguai e Paraguai, a propósito das paleocorrentes e da migração dos continentes sul-americanos e africano, os resultados das pesquisas foram publicados em 1972 na Geologische Rundschau e no Boletim Paranaense de Geociências (UFPR).

O Professor Bigarella é, há alguns anos, Professor visitante na UFSC pelo CNPq. É membro titular na Academia Brasileira de Ciências e da Academia de Ciências da América

Latina e Presidente da Associação de Defesa e Educação Ambiental - ADEA desde 1974, entidade esta preocupada com a defesa ambiental e a conservação dos recursos naturais.

Em 1963, organizou a Comissão da Carta Geológica do Paraná, tendo sido seu coordenador técnico-científico até 1968. A Comissão foi responsável pelo mapeamento geológico (escalas 150.000 e 175.000) da porção oriental do Estado do Paraná, incluindo o litoral, a serra do mar, primeiro planalto e parte do segundo planalto. De 1973 a 1976, foi membro do Programa Internacional de Correlação Geológica da UNESCO e da União Internacional de Ciências Biológicas, tendo sido seu vice-Presidente no período de 1975 a 1976.

Em 1975, organizou o Simpósio Internacional do Quaternário sob os auspícios da Academia Brasileira de Ciências, que contou com participantes de 23 países. Em 1979 e 1980, sob os auspícios do Institute of Echotechnics (Londres e Novo México), realizou várias conferências, em Penang (Malásia), Londres, Bombaim (Índia) e Perth (Austrália), sobre a problemática da degradação ambiental.

Foi editor das publicações de geociências da UFPR entre 1959 e 1968, e membro do corpo editorial dos periódicos: Marine Geology e PALAEO (Palaeogeography, Palaeoclimatology and Palaeocology) editados pela Elsevier Publ. Co., e do periódico Catena, editado pela Catena Verlag.

Dentre os principais reconhecimentos recebidos por sua produção acadêmica, merecem destaque as bolsas concedidas pelas seguintes entidades: Fundação Guggenheim (1951), CNPq (desde 1957 até a presente data), Conselho Britânico (1963), Deutscher Akademischer Austauschdienst (1963 a 1972), Associação Internacional de Pesquisa do Quaternário - INQUA (1965), National Science Foundation (1969), Serviço Geológico da África do Sul (1970), Conselho de Investigações Científicas de Angola (1970), Institute of Echotechnics e Fundação Adenauer (1991).

Em 1966, recebeu a Medalha de Ouro José Bonifácio de Andrade e Silva, conferida pela Sociedade Brasileira de Geologia; em 1968, o Prêmio Francisco Sales de Azevedo conferido pela Sociedade Brasileira de Cerâmica; em 1969 o Título de Engenheiro de Destaque pelo Instituto de Engenharia do Paraná; e em 1991, o Prêmio Heleno Fragoso pelo Direitos Humanos; em 1993, o Prêmio Almirante Álvaro Alberto para a Ciência e Tecnologia, na área de Ciências da Terra referente ao ano de 1992.

Entre suas pesquisas de caráter internacional destacam-se: a revisão global dos depósitos eólicos (dunas), o estudo dos aspectos paleogeológicos do antigo continente de Gondwana e a revisão da geologia e geomorfologia do Quaternário Brasileiro. Sempre procurou dar continuidade aos conhecimentos adquiridos formando e treinando intensamente equipes de trabalho. Colaborou com vários cursos de pós-graduação nas seguintes universidades: UFPE, UFBA, UFRJ, USP, UFSC e UFRS, orientando dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Finalmente, foi admitido na Ordem Nacional do Mérito Científico (junho/1995), na classe de Comendador, por indicação da Chancelaria, acolhido pelo Excelentíssimo Senhor Fernando Henrique Cardoso - Grão-Mestre das Ordens Brasileiras.

É a justificativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 177/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cezar Silvestri tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Doutor João José Bigarella.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento a Plenário.

Sala das Comissões, em 19.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Rassaremos ao restante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/96, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza a realização de plebiscito, na área de terras que especifica, para a sua incorporação ao Município de Diamante do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área de terras das localidades de Monte Belo e Rio da Tigra, do Município de Nova Laranjeiras, para que a população decida sobre a sua incorporação ao Município de Diamante do Sul, com a seguinte descrição:

"Inicia na foz do Rio Cascudo no Rio Piquiri, sobe por este até a foz do Córrego Paris Velho, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue na direção geral Oeste, por uma estrada secundária, até encontrar a estrada municipal, segue por este na direção geral Sul até a cabeceira do Rio da Tigra, desce por este até encontrar uma outra estrada secundária, segue por esta até a cabeceira de um afluente à margem direita do Rio Banana, desce por este até a sua foz no Rio Cascudo, desce por este até a sua foz no Rio Piquiri."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.96.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Em consonância com a reivindicação dos moradores da localidade de Monte Belo, Município de Nova Laranjeiras, que almejam a incorporação desta área ao Município de Diamante do Sul, tendo em vista a proximidade e facilidade de acesso à sede do referido município.

O mesmo obedece os ditames exigidos pela legislação ordinária e constitucional.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa, para a devida aprovação deste projeto de resolução, que ora apresentamos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/96

PARECER:

O presente projeto de resolução de autoria do Deputado Renato Adur tem por objetivo autorizar realização de plebiscito, na área de terras das localidades de Monte Belo e Rio da Tigra, do Município de Nova Laranjeiras, para que a população decida sobre a incorporação ao Município de Diamante do Sul.

Esta Comissão em sua última reunião aprovou o projeto de lei de mesmo teor, mas faz-se necessário para sua tramitação normal que seja aprovado este projeto de resolução, que sob o aspecto legal, regimental e constitucional, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder verificação de votação. Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

O Deputado Romanelli retira o requerimento. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão.

Em discussão o Projeto de Lei nº 011/96. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/97, que objetiva acrescentar nova alínea ao parágrafo único do artigo 9º da Lei nº 1384/53, e autorizar a Companhia Paranaense de Energia - COPEL a participar de empresas a serem constituídas sob a forma de Sociedade Anônima, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDAS DE PLÊNARIO, COM PARECER DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 118/97

PARECER:

Ao Projeto de Lei nº 118/97 que altera a lei que instituiu a COPEL, para ampliar a sua área de atuação, foram apresentadas no Plenário desta Casa de Leis três emendas.

A primeira delas objetiva suprimir da proposição em análise, a expressão "de telefonia celular".

Bastante difícil alcançar qual o objetivo da emenda, uma vez que a telefonia celular além de compatível com a natureza das atividades de uma empresa energética haja vista a nova ordem institucional da economia e em particular do setor elétrico, será extremamente útil para o controle e operação tanto do sistema elétrico como do sistema meteorológico do Paraná.

Além do exposto, a autorização legislativa que o Governo submete a esta Assembléia Legislativa, possibilita que a COPEL venha também prestar serviços de telefonia celular para terceiros, tornando-se competitiva em um mercado extremamente promissor e em franco desenvolvimento.

A emenda proposta, deverá ser rejeitada por esta Comissão de Constituição e Justiça, porque contraria aos mais elevados interesses do Estado.

Quanto à segunda das emendas, note-se que o objetivo principal da alteração legislativa proposta foi o de ampliar o campo de atuação da COPEL visando justamente assegurar à Concessionária paranaense a agilidade necessária para que possa atuar de forma competitiva, em igualdade com as demais empresas privadas, garantindo-lhe a sobrevivência como empresa estatal no mercado da livre concorrência que está sendo gradativamente implantado no setor energético.

Para tanto é também imperiosa a colaboração da iniciativa privada em associação com o setor público de forma a viabilizar os grandes empreendimentos necessários ao País. Consoante com esta assertiva a Constituição Federal disciplina a Ordem Econômica e Financeira Nacional em seus artigos 170 e 180.

Impedir a COPEL de participar minoritariamente em outras empresas é contra-senso que acarretaria enormes prejuízos ao Estado, senão vejamos:

Não existem linhas de financiamento disponíveis para empreendimentos que não se caracterizem como privados. A participação majoritária de empresa estatal configura o empreendimento como estatal e, automaticamente, o exclui da possibilidade de obter recursos tanto dos bancos públicos como dos agentes financeiros privados. A par disso, criar novas entidades estatais - e sem a aprovação da Assembléia Legislativa, como estaria implícito na emenda em apreço - contraria formalmente a política econômica do País e as diretrizes do Governo do Estado.

Nenhum parceiro privado estaria disposto a ceder a sua tecnologia para uma empresa estatal caso esta fosse majoritária na parceria.

Assim, impedir a COPEL de participar de parcerias de forma minoritária seria, na prática, impedi-la de participar de qualquer parceria, privando o Estado e a população paranaense de todos os benefícios decorrentes desse tipo de associação, demonstrados acima.

Portanto, a exclusão das expressões "e outras atividades de interesse para a COPEL e para o Estado do Paraná" e "minoritariamente", e é providência que milita contra o interesse público paranaense.

A última das proposições apresentadas, pelos motivos já enfocados e ante a velocidade com que estão ocorrendo as mudanças na tecnologia e na legislação, retirará toda a

agilidade necessária para que a empresa aproveite de imediato, as oportunidades de negócios que possam surgir em áreas em que seja viável técnica e economicamente a atuação da Companhia, em benefício do Estado e da população paranaense.

Ante as justificativas expostas; a conformidade do projeto de lei com os ditames constitucionais, legais e regimentais e, principalmente, a desarmonia das emendas propostas com os mais relevantes interesses de nosso Estado, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer contrário à aprovação das emendas apresentadas.

Sala das Comissões, em 19.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Apoio: Edgar Bueno, Carlos Simões, Doutor Rosinha (voto contrário), Basílio Zanusso, Dúlio Genari, Walmor Trentini, Plauto Miró Guimarães e César Seleme.

Há requerimento do Deputado Romanelli para verificação de quórum e prosseguimento da sessão.

Os Senhores que aprovam o requerimento do Deputado Romanelli queiram levantar-se.

15 Deputados aprovam a verificação de votação. Não há quórum para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 193/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 420/96; 116, 117, 118, 119, 177 e 207/97;

e do Projeto de Resolução nº 011/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 013, 019 e 038/97.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e sete, às onze horas da manhã, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Proposição nº 07/97 e Proposição nº 08/97. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Senhor Deputado Presidente da Comissão abriu os trabalhos da presente reunião, dando a palavra ao Senhor Deputado Beto Richa que relatou a Proposição nº 07/97, que após apreciada pelos Senhores Deputados presentes foi por ele e demais APROVADA, uma vez que atende as exigências de sua regulamentação. A seguir, usou da palavra o Senhor Deputado Walmor Trentini, que relatou a Proposição nº 08/97, que estando de acordo com sua regulamentação encontra-se em ordem, foi por todos acompanhado em seu parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais tendo a tratar o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Dúlio Genari, encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, desejando um ano cheio de trabalho e realizações, marcando nova reunião quando da existência de matéria regimental, e, para constar, eu, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados membros da Comissão, e por mim que a secretariei.

(aa) DÚLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária

Assinaturas ilegíveis